

Os filhos de ninguém. O abandono de crianças na cidade e no termo do Porto (1500-1580)

Maria de Fátima Machado¹

Durante o século XVI, o abandono de crianças tornou-se uma prática cada vez mais frequente, principalmente nos meios urbanos, obrigando à criação de mecanismos de integração até então inexistentes. A fragilidade das crianças abandonadas, algumas delas recém-nascidas, exigiu uma resposta rápida e contínua das autoridades locais. Houve a necessidade de contratar profissionais para recolherem as crianças e foi criada uma rede de amas remuneradas que as recebiam e criavam até aos sete anos de idade.

No Porto não existiam instituições para acolher estas crianças e os livros de despesas do concelho começam a incluir gastos crescentes com a remuneração de funcionários camarários como o *Pai dos Meninos* e o Solicitador dos Enjeitados e de um conjunto de amas que aceitaram a incumbência de criar enjeitados recolhidos com vida.

Os livros de despesas da Câmara, onde constam os gastos com a criação de enjeitados, e os Registos de Baptismos da freguesia da Sé foram as principais fontes a que recorremos para o estudo destas crianças, filhas de ninguém.

Para o período em estudo existem registos dos baptismos efectuados na freguesia da Sé entre 1540 e 1544 e entre 1567 e 1580 e os livros de despesas da Câmara relativos aos anos camarários de 1509/1510, 1520, 1522, 1538, 1544, 1555, 1558, 1561, 1568 e 1575, mas no ano camarário de 1509/1510 o município não efectuou gastos com a criação de enjeitados. Em todos os outros constam verbas dispendidas com este fim.

A dificuldade da utilização como fonte dos livros de despesas camarárias, quando se pretende estudar as crianças e o abandono, reside no facto de estes registarem os pagamentos efectuados e, por vezes, serem omissos em dados relativos aos enjeitados o que complica tarefas, aparentemente simples, como a sua contagem. Por outro lado o registo dos pagamentos não era efectuado nos mesmos moldes nos diversos anos, o que impossibilita algumas comparações e dificulta conclusões mais abrangentes.

No âmbito deste trabalho, interessa-nos perceber de que modo evoluiu a prática do abandono de crianças no Porto, quais as razões que a motivavam, onde e quando se efectuava e se o sexo da criança era tido em conta na tomada de decisão de a enjeitar.

¹ Doutoranda em História na FLUP, investigadora do CITCEM e professora da EB2,3 de Caíde de Rei.

1. As crianças enjeitadas

Embora legalmente os enjeitados fossem considerados órfãos e estivesse sob a alçada do Juiz dos Órfãos, havia diferenças que não podem ser menosprezadas. Os enjeitados eram crianças abandonadas, filhas de progenitores desconhecidos, pesando sobre eles a presunção da ilegitimidade. No caso dos órfãos havia uma ascendência conhecida, frequentemente existia algo para herdar, e a tutela, na maior parte dos casos, era assumida por familiares ou conhecidos. Se no caso dos enjeitados a preocupação maior das autoridades recaía sobre a sua criação, no dos órfãos era a preservação do respectivo património até atingirem a maioridade.

Aos sete anos a criação dos enjeitados era dada por concluída, iniciando-se a aprendizagem profissional, mas permaneciam sob a alçada do Juiz dos Órfãos até atingirem a maioridade. Isabel dos Guimarães Sá chama a atenção para o facto de, no século XVIII, os enjeitados atingirem a maioridade aos vinte anos enquanto o resto da população só a alcançava aos vinte e cinco.²

A partir de 1520 há referências a dispêndios com enjeitados em todos os livros de despesas da Câmara, fluuando o número crianças e o total dos gastos em função de condicionalismos que tentaremos explicar.

Número de enjeitados e de pagamentos efectuados pela Câmara para remunerar a sua criação

Ano	Número de enjeitados	Número de pagamentos
1520	13	13
1522	6	6
1538	6	6
1544	59	78
1555	28	37
1558	68	88
1561	42	52
1568	35	45
1575	76	107

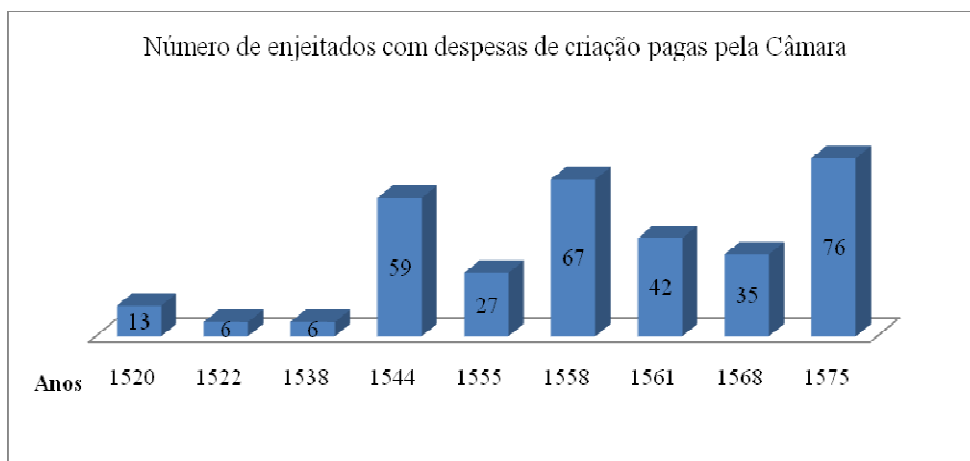
Alertamos para o facto de, principalmente, nos anos de 1544, 1558 e 1561 em que contabilizámos bastantes pagamentos, o número de crianças indicado ser um número aproximado. As homónimas, tanto das crianças como das amas, dificultam muito a contagem quando a fonte não nos fornece outros dados suplementares como o local de abandono (referido de forma sistemática apenas no ano de 1575) ou o local de residência da ama (referido nos anos de 1520, 1522, 1568 e 1575). No mesmo ano é possível encontrar várias crianças com o mesmo nome, os pagamentos podem ser

² SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o Caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*. S/l., Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 91.

efectuados a diferentes elementos da família de criação, uma ama podia ter a seu cargo mais do que um enjeitado e a mesma criança, durante um curto período de tempo, podia circular por diversas amas, como verificámos ter sucedido em 1575.

No que respeita ao ano de 1561, apurar o número de enjeitados torna-se ainda mais complicado pelo facto de, na maior parte dos casos, a criança não ser identificada, referindo o livro de despesas o valor pago pela criação de um ou mais enjeitados a uma determinada pessoa. Neste ano, o número real de enjeitados pode ser inferior ao apurado, no entanto, o total dos gastos com a respectiva criação (42 620 reais) remete-nos para uma quantidade considerável de crianças abandonadas, uma vez que este valor só foi superado nos anos de 1558 e 1575. Pelo contrário, o número de enjeitados com custos de criação pagos pelo concelho é mais preciso nos anos de 1520, 1522, 1538, 1555, 1568 e 1575 por a fonte ser mais rica em informações sobre as crianças e as amas (1520, 1522, 1568 e 1575) ou por o reduzido número de enjeitados não se prestar a confusões (1520, 1522 e 1538).

Feitas estas ressalvas, a representação gráfica permite-nos concluir que houve uma flutuação constante no número de enjeitados, verificando-se, no entanto, uma tendência para o seu crescimento. Os anos em que maior número de crianças abandonadas implicou gastos de criação pagos pela Câmara do Porto foram 1544, 1558 e 1575.



Apesar de serem apenas seis os enjeitados, que implicam despesas da Câmara com a respectiva criação, no ano de 1538 (2200 reais na totalidade), parece-nos que o aumento do número de enjeitados remonta à década de trinta, pelo menos, diversas informações qualitativas apontam nesse sentido: data de 1533, por iniciativa régia, a criação do cargo de *Pai dos Meninos*; em 1536 o elevado número de enjeitados é um dos argumentos usados pelos oficiais concelhios para convencer o monarca a autorizar o

lançamento da imposição de um real por cada rasa de sal, durante quatro anos e, em 1537, o Juiz de Fora dos Órfãos, refere numa reunião da vereação a existência de muitos enjeitados a quem era necessário pagar a criação.³ É possível que o número de enjeitados fosse muito superior, mas nem todos os pagamentos a amas fossem registados nas despesas concelhias pelo facto de o dinheiro para esse fim provir da imposição do sal ou da Misericórdia do Porto.

Nos primeiros anos da década de quarenta, não restam dúvidas, o número de enjeitados aumentou significativamente, mas nesta década já não encontramos qualquer referência a uma contribuição monetária da Misericórdia para a sua criação e o período de quatro anos durante os quais D. João III havia autorizado a cidade a lançar uma imposição extraordinária de um real por cada rasa de sal tinha terminado.

No ano de 1558, o elevado número de enjeitados não é, certamente, alheio ao período de carestia cerealífera que se vivia na região.⁴

Em 1575, o aumento no número de enjeitados foi significativo. De trinta e cinco enjeitados contabilizados em 1568 passámos para setenta e seis em 1575. O aumento é superior a cem por cento! O elevado número de crianças abandonadas justifica-se pelo facto de 1575 ser um ano marcado pela afluência à cidade de um número considerável de habitantes rurais, pela fome, pela doença e pela elevada mortalidade.

Os registos de baptismos ajudam a esclarecer alguns aspectos do abandono de crianças, mas os números em si são pouco expressivos. Além das crianças designadas como enjeitadas, contabilizamos também, mas de forma discriminada, as que são filhas de pai e mãe desconhecidos por nos parecer que a situação destas últimas era menos clara. Consideramos a hipótese de, no caso dos filhos de pais incógnitos, nem sempre existir um abandono completo e efectivo, mas apenas uma rejeição pública da paternidade, podendo a criação ser garantida, por meio de uma interposta pessoa, sem que a criança necessitasse de ser entregue a uma ama remunerada pela Câmara. De qualquer forma eram, todas elas, crianças privadas de um nome de família e de uma ascendência reconhecida.

³ *Corpus codicum latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iussu Curiae Municipalis Editum*, Vol. IV, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1960, pp. 241, 242; A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 11, fl.61v e A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 13, fls. 42v, 43.

⁴ *Corpus Codicum...*, Vol. IV, pp. 54, 55.

Enjeitados e filhos de pais incógnitos baptizados na Sé

Ano	Enjeitados	Filhos de pais incógnitos	Total
1540	2	3	5
1541	2	1	3
1542	2	4	6
1543	2	0	2
1544	1	0	1
1567	0	0	0
1568	1	0	1
1569	4	0	4
1570	0	0	0
1571	3	0	3
1572	2	1	3
1573	2	2	4
1774	1	0	1
1575	1	1	2
1576	0	0	0
1577	0	0	0
1578	1	0	1
1579	0	0	0
Totais	24	12	36

O reduzido número de crianças enjeitadas ou filhas de pai e mãe incógnitos que constam nos registos de baptismos da freguesia da Sé leva-nos a pensar que nem sempre era efectuado o registo do baptismo das crianças enjeitadas e que algumas não eram baptizadas por serem abandonadas com bilhetes onde constava que já tinham recebido o sacramento, apesar de as Constituições Sinodais ordenadas por D. Baltazar Limpo, em 1541, ordenarem que não fosse dada inteira fé a tais escritos.⁵

2. Os motivos do abandono

As fontes consultadas têm muitas limitações no que respeita a informações sobre os progenitores e os motivos de abandono, afinal, a origem e a filiação dos enjeitados eram desconhecidas. Procurámos os motivos na bibliografia, mais escassa para o século XVI, mas pródiga relativamente aos séculos seguintes e constatámos que houve mudanças no modo como as crianças eram abandonadas e na forma como lhes era prestada assistência, mas os motivos permaneceram os mesmos.

A pobreza, o elevado número de filhos, a doença ou morte de um dos progenitores, a falta de leite materno, a ausência paterna, a deficiência ou doença da criança, a ilegitimidade e a defesa da honra são algumas das razões mais frequentemente apontadas para justificar uma prática cada vez mais comum nos espaços urbanos.

⁵ *Constituições sinodais do bispado do Porto ordenadas pelo muito reverendo e magnifico senhor dom Baltazar Limpo do dicto bispado.* Porto, 1541, fls.5, 5v.

Diversos estudos sobre o abandono de crianças em diversas regiões do sul da Europa, tal como os efectuados sobre a mesma realidade em Ceuta e na Baía, coincidem, em grande parte, nos motivos que levavam ao abandono, nomeadamente a pobreza e a ilegitimidade.⁶

Autores como Isabel Sá e Jean-Pierre Bardet vêem a prática do abandono como a última forma de controlar a natalidade e as dimensões do agregado familiar.⁷

Todos os autores consultados consideram a ilegitimidade como um dos motivos para o abandono de crianças, embora nem todos lhe atribuam a mesma importância.

Faltam os estudos demográficos que incidam sobre a ilegitimidade no Porto, neste período, mas não duvidamos, como o comprovam os registos de baptismos da freguesia da Sé, que o número de crianças nascidas fora do casamento era considerável, particularmente entre a população escrava.

Entre as crianças enjeitadas ou filhas de progenitores desconhecidos baptizadas na Sé, encontramos referência a duas crianças mulatas, o que nos faz supor que as restantes seriam brancas.⁸

3. Os espaços de abandono

No século XVI, não existia no Porto nenhum lugar específico para o abandono, como viria a suceder após a criação da Casa da Roda. As crianças eram encontradas em espaços religiosos, espaços públicos ou junto a habitações privadas, em locais muito diferentes e, frequentemente, pouco adequados para a permanência, sem vigilância, de seres pequenos e frágeis. As características do espaço escolhido para abandonar uma

⁶ DA MOLIN, Giovanna – *Modalità dell'abbandono e caratteristiche degli esposti a Napoli nel seicento* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 485-489; ROBIN-ROMERO, Isabelle – *Les billets trouvés sur les enfants abandonnés à Paris* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp.983, 984; CAPUL, Maurice – *Abandon et marginalité. Les enfants places sous l'Ancien Régime*. Toulouse, Editions Privat, 1989, pp. 96 e 101-103; GÓMEZ MARTINEZ, Enrique – *Los marginados en alto Guadalquivir. Expositos en Andújar (Jaén) 1677-1700* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, p. 637; HUNECKE, Volker – *Intensità e fluttuazioni degli abbandoni dal XV al XIX secolo* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 38-42; CÂMARA DEL RIO, Manuel – *Beneficiencia y asistencia social: La Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericórdia de Ceuta*. Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 237, 238 e RUSSELL-WOOD, A.J.R. – *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 243-248.

⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul...*, pp. 23-27; Id. – *Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário* in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, p.XVIII e BARDET, Jean-Pierre – *La Société et l' Abandon* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 983, 984.

⁸ A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv. 1A, fls.41v, 45v.

criança não devem ser menosprezadas, a sua sobrevivência podia depender da rapidez com que era encontrada e da protecção que o local lhe oferecia relativamente às condições atmosféricas e à acção de animais.

No ano de 1575, das setenta e seis crianças abandonadas que sobreviveram tempo suficiente para implicarem gastos com a sua criação, é indicado o local de abandono de setenta. De entre essas, sessenta foram abandonadas na cidade ou arrabaldes, nove em diversos julgados do termo e uma num espaço que não conseguimos localizar. Referimo-nos, mais concretamente, a uma criança chamada Manuel do Pinheiro, enjeitada na Devesa da Poupa e dada a criar a uma família que residia em Campanhã.⁹

Crianças abandonadas no termo da cidade do Porto no ano de 1575

Local	Enjeitados	Total
Bouças (Julgado de) Matosinhos Nevogilde	António Beatriz	2
Gaia (Julgado de) S. Salvador de Vila Nova de Gaia	Pantaleão	1
Gondomar (Julgado de) S. Cosme	Domingas	1
Maia (Julgado da) S. Salvador de Árvore Azurara Milheirós	Paulo Maria Gregório	3
Aguiar de Sousa (Julgado de) Gandra Lordelo (Quinta de António de Sousa Alcoforado)	Domingos Domingas	2
Total		9

Transpondo estes números para percentagens verificamos que 13% das crianças foram abandonadas no termo e 87% foram abandonadas na cidade ou arrabaldes. Mas tal não significa que parte das crianças abandonadas na cidade não fosse originária do termo ou mesmo de fora dele e o número total de crianças abandonadas no termo era superior, havendo referências a montantes pagos em determinados julgados através de fintas.

Destaca-se o julgado da Maia, onde contabilizámos três crianças a quem a vereação portuense pagou, parcial ou totalmente, a criação relativa ao ano de 1575.

Na cidade, como se pode ver na grelha que se segue, sobressai o elevado número de crianças abandonadas dentro de muralhas em locais como S. Domingos e Rua dos Mercadores; junto a algumas das principais entradas na cidade, caso da Porta do Olival e da Porta de Cimo de Vila e em espaços mais periféricos como Cedofeita.

⁹ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 291, 339v.

Crianças abandonadas na cidade e arrabaldes – 1575

Local	Nomes das Crianças	Total
Açougues	João	1
Banhos	Camila	1
Cedofeita	Isabel Ângela Antónia Maria Maria	5
Cimo de Vila	Maria da Batalha Maria da Batalha Maria de Deus	3
Flores (Rua das)	Catarina do Olival António	2
Lada	Guiomar	1
Massarelos	Maria	1
Mercadores (Rua dos)	Maria Maria Inês Francisca de Santa Clara Agostinho	5
Monchique	Manuel	1
Olival	Manuel Maria Catarina Manuel Maria, órfã Domingas Maria Vitória Beatriz Maria Perpétua	11
Reboleira	Manuel	1
Ribeira	Genoveva	1
S. Bento	Francisca	1
S. Domingos	André António Domingos António Maria das Santas Maria Domingos Maria António Maria da Cruz António (Uma criança)	12
S. Miguel (Rua de)	Heitor Maria	2
S. Pedro de Miragaia	Apolónia Maria Maria	3
Santo Elói	António Maria Maria de Deus	3
Santo Ildefonso	Afonso	1
Sé	Eugénia Agostinho	2
Taipas (Rua das)	Francisco	1
Sob o Muro	Paula do Espírito Santo Maria	2
Total		60

Os espaços religiosos são locais privilegiados para o abandono de crianças. Em 1575, das setenta crianças para as quais é identificado o local de abandono, dezoito foram abandonados no interior ou exterior de mosteiros, igrejas ou capelas claramente identificados. Mas a este número talvez se possam somar algumas das cinco crianças abandonadas em S. Domingos ou das quatro encontradas em Cedofeita, provavelmente as duas recolhidas em Santo Elói e uma encontrada em S. Bento e, talvez, a que foi encontrada em Monchique, se entendermos que as crianças aí enjeitadas foram abandonadas no espaço interior ou exterior dos mosteiros com o mesmo nome, como de facto pode ter acontecido, o que daria um número bastante mais elevado. Contabilizámos ainda três crianças abandonadas em S. Pedro de Miragaia que também podem ter sido encontradas na igreja da confraria com o mesmo nome.

O Mosteiro de S. Domingos é o espaço religioso onde são abandonadas mais crianças. A esta preferência não deve ser alheia a sua centralidade e a facilidade de acesso ao local. Das crianças aí abandonadas, duas (André e António) foram deixadas no adro, outras duas foram deixadas no alpendre (António e Maria da Cruz), uma foi deixada no cruzeiro e Maria foi abandonada no púlpito do mosteiro. Julgamos que esta menina, a quem a Câmara paga a criação no ano de 1575, é a Maria enjeitada no púlpito de S. Domingos, baptizada no dia 30 de Abril de 1571, na Sé, tendo como padrinhos João Gonçalves, morador na Sé e Isabel Antónia, moradora na Ferraria.¹⁰

Nos registos de baptismos encontrámos mais duas crianças enjeitadas em S. Domingos: Amador, baptizado no dia 19 de Janeiro de 1543, e Jerónimo, enjeitado à porta de S. Domingos (no altar no Crucifixo), baptizado no dia 2 de Julho de 1573.¹¹

Voltando aos enjeitados que implicam gastos da Câmara no ano de 1575, além do Mosteiro de S. Domingos, destaca-se a capela de S. Miguel o Anjo, onde foram abandonadas três crianças.¹² Há ainda referência a crianças abandonadas à porta da Sé, no Mosteiro de Santo Elói, no Mosteiro de Cedofeita, no Mosteiro de S. Salvador de Vila Nova de Gaia, na Igreja de Azurara, na capela de Nossa Senhora de Agosto e nas ermidas de Nossa Senhora da Graça e do Corpo Santo.

Nos registos de baptismos são ainda referidos Pantaleão, abandonado à Porta da Sé, no ano de 1571 e Francisco, enjeitado no mosteiro dos franciscanos, no ano de

¹⁰ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fl. 308 e A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1B, fl. 98.

¹¹ A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1A, fl.58 e A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.2A, fl.66v.

¹² Capela localizada fora da Porta do Olival, onde posteriormente foi construído o Recolhimento do Anjo.

1568.¹³ Nas proximidades deste mosteiro, no exido da Oliveira, também havia sido encontrado um menino chamado Gonçalo a quem a Câmara pagou a criação no ano de 1520.¹⁴

Por ordem de preferência, aos espaços religiosos seguem-se as portas, postigos e a muralha. O abandono de crianças junto às portas da cidade, nomeadamente no Olival e em Cimo de Vila, deve estar relacionado com o facto de parte destas crianças provirem do exterior da cidade, sendo abandonadas junto às principais portas de acesso por as pessoas encarregadas do seu abandono esbarrarem em portas fechadas ou de acesso controlado e pretenderem evitar riscos suplementares como o de poderem ser surpreendidas por alguma ronda de quadrilheiros. Foram abandonadas três crianças na Porta do Olival (Manuel, Domingas e Vitória) e outras tantas na Porta de Cimo de Vila (duas meninas com o nome Maria da Batalha e outra chamada Maria de Deus).¹⁵ Além das crianças abandonadas especificamente na Porta do Olival, outras foram abandonadas nas proximidades, nomeadamente na Cordoaria e em espaços religiosos ou de saúde próximos.

Contabilizámos ainda uma menina, chamada Genoveva, enjeitada no Postigo das Tábuas, outra denominada Paula do Espírito Santo, encontrada nas privadas sob o muro e Maria também encontrada ao abandono sob o muro.¹⁶ Nos registos de baptismos do ano de 1540 é referida outra menina chamada Maria, abandonada sob o muro dos Banhos.¹⁷

Num ano marcado pela doença e pela chegada à cidade de muitos forasteiros, os hospitais foram locais de abandono de crianças. Maria, Inês, Francisca de Santa Clara e Agostinho foram enjeitados no Hospital de Santa Clara, na Rua dos Mercadores, enquanto na enfermaria da Porta do Olival, designada como a Enfermaria dos Pobres, foram encontradas duas meninas, ambas com o nome Maria.¹⁸

Habitações particulares de pessoas destacadas foram também escolhidas para enjeitar crianças. Em 1520, foi encontrado um menino chamado Manuel, junto à porta da habitação do fidalgo Pedro da Cunha, em Monchique e, em 1575, três das crianças

¹³ A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1 B, fls.20v e 93v.

¹⁴ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fl.77v.

¹⁵ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls.287, 290 310, 322v, 330v, 336v, 339 e 339v.

Maria, uma das crianças baptizadas na Sé, no ano de 1573, foi enjeitada em Cimo de Vila (A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.2A, fl.51).

¹⁶ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 288, 320v, 321, 328v e 330.

¹⁷ A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1A, fl.4.

¹⁸ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls.287v, 288v, 304, 307v, 320v, 321, 324, 332, 336 e 340v.

que motivaram custos de criação foram encontradas em circunstâncias semelhantes.¹⁹ Maria do Olival foi deixada à porta do Juiz de Fora dos Órfãos, o doutor Pedro Borges, na Rua das Flores; Domingas foi abandonada na quinta de António de Sousa Alcoforado, em Lordelo, e Maria foi deixada à porta de Gonçalo da Costa, um respeitado boticário que residia na Rua dos Mercadores.²⁰

Estas quatro situações comprovam que a escolha da habitação não era aleatória, sendo dada preferência a habitações onde residissem pessoas com poder económico e influência social para garantir uma assistência imediata à criança.

Outras foram abandonadas em ruas ou praças, destacando-se, pelo número de abandonos nela contabilizados, a Rua de S. Miguel. Das crianças com encargos de criação pagos pela Câmara no ano de 1575, António foi abandonado na Rua das Flores, Francisco na Rua das Taipas, Heitor e Marta na Rua de S. Miguel (no caso de Heitor ainda é indicada a “esnoga” para especificar melhor o local).²¹ Através dos registos de baptismos verificámos que João, um enjeitado baptizado no ano de 1544, foi encontrado na Rua das Flores; Maria, baptizada em Fevereiro de 1569, e Pedro, baptizado em Julho de 1575, foram abandonados na Rua de S. Miguel, e Pantaleão, baptizado em Novembro de 1578, foi enjeitado na Rua do Padrão de Santo Elói.²²

4. Os tempos de abandono

Diversos autores verificaram existir períodos do ano em que era abandonado maior número de crianças, normalmente coincidentes com os meses em que se registavam mais nascimentos ou com os períodos de maior carestia dos alimentos.

Giovanna Da Molin distribuiu os abandonos verificados em Nápoles, no século XVII, por meses e apurou que Março, Abril e Maio eram aqueles que concentravam maior número de abandonos. A autora lembra que estes eram os meses de maiores dificuldades de aprovisionamento alimentar, os meses críticos entre o fim da colheita anterior e o início da nova.²³ Por sua vez, Alvarez Santalo, que estudou os expostos de Sevilha e Gómez Martinez, que estudou os de Andújar (Jaén), coincidem ao apontar os meses de Janeiro, Fevereiro e Março como os meses de maior incidência do abandono

¹⁹ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fl. 87v.

²⁰ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls.287, 289, 291v, 292, 298v e 301.

²¹ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 295v, 299v e 305.

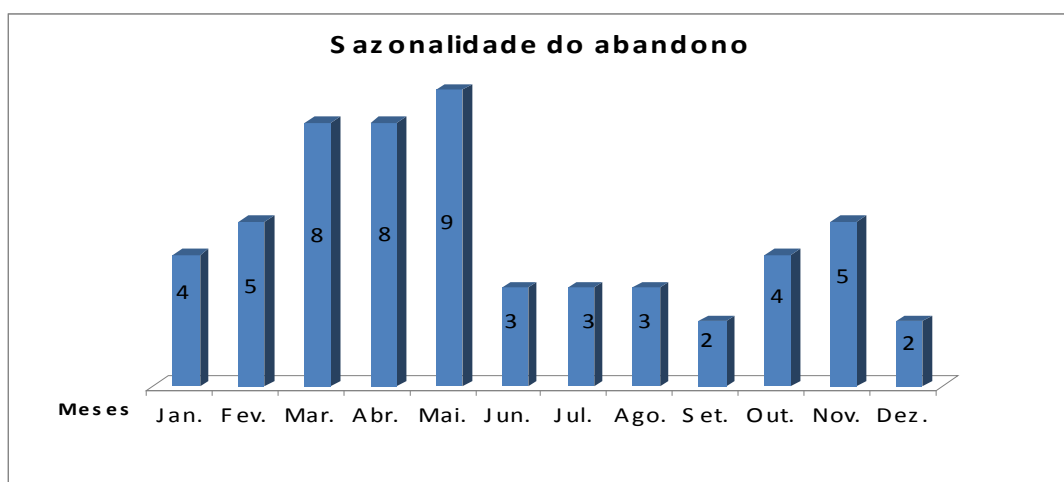
²² A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1 A, fl.85; A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.1B, fl. 43v; A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.2 A, fls.156v e A.D.P., *Paroquiais, Paróquia da Sé, Registos de Baptismo*, Lv.2B, fl. 38.

²³ DA MOLIN, Giovanna – *O.c.*, pp. 479,480.

de crianças. Ambos associam este fenómeno ao número mais elevado de nascimentos, relacionando-o com condições mais favoráveis ao aumento das concepções, nomeadamente as ilegítimas, proporcionadas pelas festas primaveris, no caso de Sevilha e pela Romaria de Nuestra Señora de la Cabeza, no caso de Andújar.²⁴

Volker Hunecke refere que na maior parte das cidades os abandonos se verificavam, preferencialmente, na Primavera, relacionando o facto com as variações no número de nascimentos e com oscilações de carácter económico. Entre as cidades referidas por este autor, salientamos, pela maior proximidade cronológica, a de Prato, onde entre 1570 e 1619 os meses de maior abandono foram: Fevereiro, Março e Abril.²⁵

A tarefa de verificar se existia alguma sazonalidade nos abandonos ocorridos no Porto até 1580 foi dificultada pelo facto de as fontes não revelarem as datas em que as crianças foram enjeitadas. Apesar de não dispormos das datas de abandono, os registos de baptismos referem a data em que o sacramento é ministrado e, habitualmente, este efectuava-se pouco tempo depois de a criança ser encontrada e alguns registos de pagamento identificam o “começo de criação” e/ou a data do pagamento de alguns dias de leite a crianças pequenas e debilitadas, antes de serem entregues para criação, que subtraídos à data do pagamento permitem chegar a uma data bastante próxima do abandono. Analisando estas datas que, inevitavelmente, são próximas, mas sempre posteriores ao abandono, tendo em conta apenas os casos em que a criança é expressamente designada como enjeitada, conseguimos uma amostra de cinquenta e seis crianças enjeitadas, entre 1520 e 1578, que nos permite confirmar a existência de uma certa sazonalidade nos abandonos.



²⁴ ALVAREZ SANTALO, Leon Carlos – *O.c.*, pp. 88-93 e GÓMEZ MARTINEZ, Enrique – *O.c.*, pp. 640,641.

²⁵ HUNECKE, Volker – *O.c.*, pp.42-45.

Março, Abril e Maio destacam-se, claramente, como os meses em que se baptizam mais crianças enjeitadas ou se efectuam mais pagamentos relativos ao “começo de criação”.

Duas crianças para as quais dispomos de informações mais completas confirmam a viabilidade deste tipo de raciocínio. João, um menino enjeitado na Rua das Flores, foi baptizado no dia 28 de Abril de 1544. A 17 de Maio foram pagos a Cecília Fernandes 190 reais pelos dezanove dias que cuidou dele, enquanto não se lhe encontrou uma ama e 500 reais a Maria Gomes para iniciar a sua criação.²⁶ Ou seja, subtraindo os dezanove dias em que João esteve aos cuidados de uma ama temporária temos a sua data de baptismo, que deve ter ocorrido pouco tempo depois de ter sido encontrado ao abandono.

Analisemos agora o único caso em é referida a data em que uma criança foi encontrada. Maria foi descoberta na véspera do dia de Páscoa do ano de 1575 (2 de Abril) à porta da casa de Gonçalo da Costa, boticário, e no dia 15 de Abril foram pagos ao Solicitador dos Enjeitados, António Eanes, doze dias de leite, que subtraídos à data do pagamento nos remetem para a data do abandono.²⁷

Quais as razões para o maior número de abandonos se registar nos meses de Março, Abril e Maio?

Para responder de forma cabal a esta questão necessitávamos de um estudo prévio, de que não dispomos, que nos indicasse quais os meses em que se verificavam mais nascimentos de modo a comprovar a existência, ou não, de uma correlação entre o número de nascimentos e o número de abandonos.

Sem desvalorizar esta correlação entre nascimentos e abandonos, que nos parece provável, não nos podemos esquecer que nem todos os enjeitados eram recém-nascidos. Algumas crianças eram abandonadas, por vezes mais do que uma vez, mais crescidas quando os alimentos não chegavam para todos os membros do agregado familiar ou quando este era abalado pela morte, doença ou ausência prolongada de algum dos progenitores.

O calendário agrícola pode ajudar a explicar a predominância da prática do abandono de crianças no final do Inverno e durante a Primavera, quando os celeiros se esvaziavam, muitos géneros alimentares escasseavam e os preços eram mais elevados. No que respeita ao ano de 1575, data em que contabilizamos maior número de

²⁶ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fl.63v.

²⁷ A.H.M.P., *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fl.298v.

enfeitados, estes meses foram também os mais críticos sob o ponto de vista da saúde pública.

No entanto, registámos abandonos em todos os meses, até porque as crianças abandonadas por questões de honra são-no em qualquer época do ano. Se um nascimento ocorre e tem que ser encoberto, a criança é abandonada de imediato ou é entregue a alguém que assume a sua criação.

No que respeita ao horário dos abandonos, apesar da falta de referências documentais, a escuridão da noite era uma importante aliada dos que pretendiam manter o anonimato do acto, pelo que ocorriam preferencialmente depois de escurecer ou antes de amanhecer, oscilando a hora em função do número de horas de luz nas diferentes épocas do ano.²⁸

5. A importância do género

Nos estudos sobre a problemática do abandono de crianças, sobre diversas regiões da Europa, encontramos diferenças significativas quando o objecto de análise é a taxa de masculinidade. Lucia Sandri, num estudo sobre os expostos de Florença na primeira metade do século XV, constata que o número de crianças abandonadas aumenta em períodos de surtos epidémicos, carestia e sobretudo de guerra, principalmente o abandono de meninas.²⁹

Volker Hunecke refere os casos de Milão, no século XVIII e de Prato, no século XVI, onde constatou haver maior abandono de crianças do sexo feminino, justificando a diferença com o facto de as meninas serem economicamente menos valorizadas.³⁰

Na cidade de Nápoles, no século XVII, Giovanna Da Molin detectou não só uma tendência para a conservação na família das crianças do sexo masculino e para o abandono das do sexo feminino, visível no número bastante mais elevado de meninas acolhidas na Santa Casa dell' Annunziata, mas também a restituição de um maior número de rapazes abandonados às respectivas famílias. A autora justifica esta diferença com a valorização da potencial força de trabalho dos rapazes, que garantia um retorno do investimento efectuado quando começassem a trabalhar, mas com as meninas o

²⁸ Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul ...*, pp.51, 52 e CÁMARA DEL RIO, Manuel – *O.c.*, pp.236, 237.

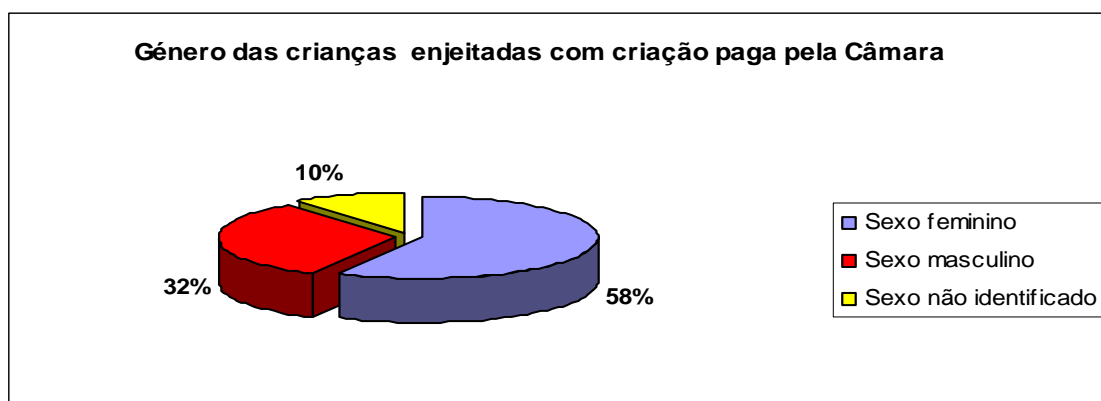
²⁹ SANDRI, Lúcia – *Modalità dell' abbandono dei fanciulli in area urbana: gli esposti dell' ospedale di San Gallo di Firenze nella prima metà del XV secolo* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e – XX^e siècle. Actes du Colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 1003.

³⁰ HUNECKE, Volker – *O.c.*, pp. 43-48.

retorno era inexistente, implicando gastos até ao momento do matrimónio, que em grande parte dependia da existência de um dote.³¹

Alvarez Santalo concluiu que em Sevilha, nos séculos XVII, XVIII e XIX, não existia discriminação entre sexos no momento do abandono, apurando que, no século XVII, a percentagem de crianças do sexo masculino era de 52%, mas chama a atenção para o facto de, em anos de crises de alguma gravidade, o número de meninas abandonadas aumentar, superando o dos rapazes.³² Da mesma forma, Enrique Gómez Martínez considerou que em Andajúr (Jaén), no século XVII, o género da criança não era tido em conta quando era equacionado o seu abandono.³³

Contabilizando todas as crianças enjeitadas a quem a Câmara do Porto pagou a criação nos anos de 1520, 1522, 1544, 1555, 1561, 1568 e 1575 e efectuando a sua divisão em função do género, constata-se que o número de meninas era bastante superior ao de rapazes, isto apesar de nem sempre ser possível identificar o sexo da criança abandonada.



Efectuando a análise, ano a ano, constatámos que em 1522 o número de crianças de ambos os sexos era equilibrado, que o facto de não ser possível identificar o sexo de 71% dos enjeitados no ano de 1561 invalida conclusões e, nos restantes anos, o número de crianças do sexo feminino é sempre superior ao de crianças do sexo masculino. No que respeita aos anos de 1568 e 1575, aqueles em que dispomos de informações mais abrangentes, verificámos que, em 1568, havia vinte e cinco meninas enjeitadas e apenas onze rapazes e em 1575, das setenta e seis crianças a quem a Câmara pagou a criação,

³¹ DA MOLIN, Giovanna – *O.c.*, pp.471-473.

³² ALVAREZ SANTALO, Leon Carlos – *O.c.*, pp. 94, 95.

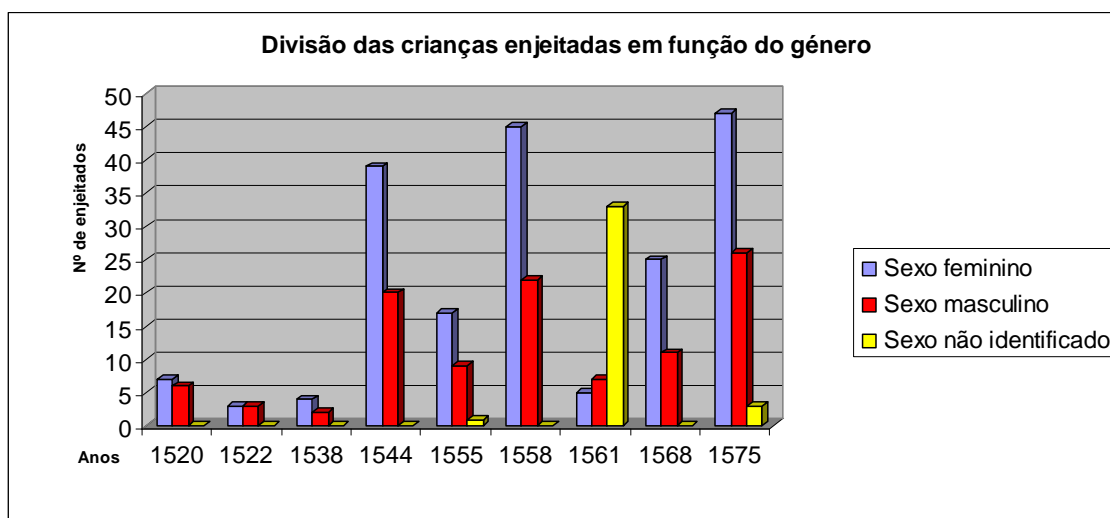
³³ GÓMEZ MARTINEZ, Enrique – *O.c.*, p. 640.

quarenta e sete eram do sexo feminino e apenas vinte e seis do sexo masculino. Não é referido o sexo das restantes três crianças.

Sexo das crianças enjeitadas referidas nos livros de despesas da Câmara

Ano	Sexo Feminino		Sexo Masculino		Sexo não identificado		Totais
	Número	%	Número	%	Número	%	
1520	7	54	6	46	-	-	13
1522	3	50	3	50	-	-	6
1538	4	67	2	33	-	-	6
1544	39	66	20	34	-	-	59
1555	17	63	9	33	1	4	27
1558	45	67	22	33	-	-	67
1561	5	12	7	17	30	71	42
1568	25	69	11	31	-	-	36
1575	47	62	26	34	3	2	76
Totais	191	58	106	32	34	10	331

Constata-se que, no início da década de quarenta, ou seja, a partir do momento em que o número de enjeitados criados por amas remuneradas pela Câmara aumenta de forma considerável, são abandonadas preferencialmente crianças do sexo feminino.



Nos anos de 1544, 1555 e 1575 o número de crianças do sexo feminino que foram enjeitadas é quase o dobro das do sexo masculino nas mesmas condições e nos anos de 1558 e 1568 ultrapassa mesmo essa fasquia.

Quais os motivos que podem explicar uma diferença tão acentuada?

Antes de apontar razões para esta disparidade importa esclarecer que não detectamos as mesmas diferenças quando analisamos os números relativos às crianças enjeitadas ou filhas de pai e mãe desconhecidos baptizadas na Sé.

Sexo das crianças enjeitadas ou filhas de pais incógnitos baptizadas na Sé

Ano	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total
1540	3	2	5
1541	2	1	3
1542	3	3	6
1543	0	2	2
1544	0	1	1
1568	0	1	1
1569	2	2	4
1571	2	1	3
1572	2	1	3
1573	2	2	4
1574	1	0	1
1575	1	1	2
1578	0	1	1
Totais	18	18	36

Nos registos de baptismos confrontamo-nos com uma paridade absoluta que vem matizar as diferenças de género encontradas nos pagamentos feitos pela criação de enjeitados.

Como explicar a desconcertante diferença nos dados fornecidos por ambas as fontes?

Apesar de o período temporal não coincidir de forma absoluta, as diferenças não nos parecem muito significativas e os anos de 1544, 1568 e 1575 são comuns a ambas as fontes, sendo que comparados apenas os dados relativos a estes três anos as informações são ainda mais contraditórias.

O que se regista nas duas fontes é diferente: nos registos de baptismo contabilizamos o número de crianças enjeitadas e filhas de pai e mãe desconhecidos baptizadas na Sé e nos livros de despesas as crianças enjeitadas que implicaram gastos concelhios com a sua criação. Há desde logo uma diferença em termos da incidência espacial, uma vez que, pelo menos no ano 1575, também há pagamentos relativos a crianças abandonadas no termo, enquanto os registos de baptismos dizem respeito unicamente a crianças baptizadas na Sé, sendo que o normal era os enjeitados serem baptizados na freguesia onde ocorrera o seu abandono. Normalmente era um baptismo *sub conditione*, para acautelar a possibilidade de um baptismo anterior, e efectuava-se

pouco depois de a criança ser encontrada. Não eram baptizadas as crianças para as quais houvesse informação certa relativa a um baptismo prévio e, possivelmente, também não o eram as crianças mais velhas, os designados “meninos perdidos”.³⁴

Como a Câmara pagava a criação de cada enjeitado até ele atingir os sete anos de idade ou morrer, efectuava diversos pagamentos (o mais comum era fazer dois por ano) pela criação do mesmo indivíduo ao longo desse período.³⁵ Estes aspectos podem ajudar a explicar não só a diferença entre o número de crianças que foram baptizadas em cada ano e o número de crianças a quem a Câmara pagou a criação, mas também a discrepância entre ambas as fontes no que respeita ao género.

Assim sendo, parece-nos que entre os recém-nascidos, abandonados principalmente por questões de honra, existiria um certo equilíbrio entre crianças do sexo feminino e do sexo masculino, mas entre os “meninos perdidos”, abandonados sobretudo por motivos de carácter económico, haveria mais crianças do sexo feminino.

Quando o motivo do abandono era a defesa da honra, o abandono concretizava-se, logo após o nascimento, sem que o sexo da criança fosse tido em conta, mas o abandono de crianças mais velhas justificava-se, essencialmente, por factores de carácter económico, por vezes associados à doença ou morte de um dos progenitores. A incapacidade de suportar os gastos decorrentes da criação de um elemento não produtivo da família era agravada, no caso das meninas, pela inserção mais tardia e difícil no mercado de trabalho e por todos os cuidados e encargos que implicavam até ao momento do casamento, sendo que este dependia, em parte, da existência de um dote.

Além de um menor abandono de meninos após os primeiros anos de vida, é possível que algumas famílias aceitassem criar gratuitamente crianças do sexo masculino com o intuito de explorar a sua força de trabalho, até porque a legislação lhes garantia que após os sete anos podiam manter a criança ao seu serviço, sem estarem

³⁴ Hélène Tropé, a propósito das crianças perdidas de Valência, acolhidas no Colégio Imperial de Saint-Vincent Ferrer, refere que o termo “perdidos” remete, por um lado, para a vagabundagem e para a recusa do trabalho enquanto valor moral e, por outro, para a ausência de tutela parental ou social [TROPÉ, Hélène – *La Formation des Enfants Orphelins à Valence (XV^e – XVII^e Siècles). Le cas du Collège imperial Saint-Vincent-Ferrier*. Paris, Publications de la Sorbonne / Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1998, pp.52,53].

³⁵ Uma acta da vereação de 1545 refere a existência na cidade de “infyndos mininos e moços perdidos” (A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 15, fls. 9v, 10).

sujeitas ao pagamento de soldada, enquanto o Juiz dos Órfãos não desse por concluído o pagamento da criação.³⁶

No livro de vereações do ano de 1539 consta uma obrigação, feita pelo lavrador Gonçalo Eanes, morador na freguesia de Santa Maria de Reguenga, julgado de Refojos, que em Março desse ano compareceu na Câmara e, perante os oficiais concelhios assumiu o compromisso de criar um menino que havia sido enjeitado à porta de sua casa. Pedro era um recém-nascido e havia sido entregue a Gonçalo Gonçalves, morador na honra de Frazão, que assumira o compromisso de o criar durante um ano. Gonçalo Eanes manifesta o interesse de, no final desse ano, receber Pedro e dar continuidade à sua criação, sendo remunerado apenas durante um ano. Quando o menino fizesse dois anos assumiria as despesas da criação, como se de um filho se tratasse.³⁷

Interessa perceber as motivações de ambas as partes. A Câmara tinha interesse em desresponsabilizar-se dos encargos financeiros que a criação do enjeitado acarretava, mas os motivos de Gonçalo Eanes não são muito claros. Ele invoca o “amor de Deus”, mas não pode ser excluída a hipótese de uma ligação familiar com a criança enjeitada à sua porta nem o interesse na, posterior, exploração da sua força de trabalho.

Outra hipótese para explicar o maior abandono de crianças do sexo feminino é que, tal como Amélia Polónia constatou para Vila do Conde, no século XVI, também no Porto a navegação ultramarina e a emigração de jovens do sexo masculino para territórios de além-mar, tivesse provocado uma diminuição da população masculina, baixas taxas de fecundidade, casamentos sem filhos, muitas mulheres solteiras e uma taxa elevada de viuvez precoce.³⁸ Um possível desequilíbrio entre a população de ambos os sexos ajudaria a explicar que, na cidade do Porto e no seu termo, houvesse um maior abandono de meninas e que algumas famílias aceitassem criar gratuitamente crianças do sexo masculino.

³⁶ Nos capítulos gerais apresentados pelo povo nas Cortes de 1498, em Lisboa, consta um pedido neste sentido, ao qual o monarca responde favoravelmente: as pessoas que criassem enjeitados até aos sete anos, sem para tal serem remuneradas, após essa idade podiam “delles se servir de graça em pagamento das criações” [*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 316]. Tanto as *Ordenações Manuelinas* como as *Ordenações Filipinas* previam que todas as pessoas que criassem órfãos pequenos, sem cobrarem pela sua criação, após os sete anos de idade pudessem mantê-los ao seu serviço, sem qualquer remuneração, tantos anos quantos os da criação gratuita e, como já referimos, sob o ponto de vista legal os enjeitados eram órfãos (*Ordenações Manuelinas*, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Tit. LXVII, p. 485 e *Ordenações Filipinas*, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Tit. LXXXVIII, p. 211).

³⁷ A.H.M.P., *Vereações*, Lv. 14, fl. 295.

³⁸ POLÓNIA, Amélia – *Desempenhos femininos em sociedades marítimas. Portugal. Século XVI. In Mare Liberum*, n.ºs 18-19, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 157-161.

Também não podemos descartar a possibilidade de existir uma mortalidade masculina mais elevada nos primeiros tempos de vida como Enrique Gómez Martínez verificou acontecer em Andújar (Jaén) e Giovanna Da Molin referiu para várias cidades italianas.³⁹ Faltam, no entanto, os estudos de carácter demográfico sobre este período para comprovar ou descartar, em definitivo, as diversas hipóteses.

A título de conclusão, salientamos que no Porto, ao longo do século XVI, existe uma tendência para o abandono de um número crescente de crianças, especialmente em anos de crise, quando escasseavam os géneros alimentares ou a região era afectada por epidemias.

Muitas crianças eram enjeitadas nas proximidades das portas da cidade, especialmente no Olival, ou em lugares centrais e de fácil acesso como S. Domingos, constatando-se uma preferência por espaços religiosos como mosteiros, igrejas e capelas e os abandonos ocorriam em maior número durante as noites de Março, Abril e Maio.

As crianças que, entre 1520 e 1580, implicaram gastos concelhios com a sua criação eram maioritariamente do sexo feminino, o que deve estar relacionado com a maior facilidade de inserção dos rapazes no mercado de trabalho e com os encargos e cuidados acrescidos que a criação das meninas implicava.

³⁹ GÓMEZ MARTINEZ, Enrique – *O.c.*, p. 647 e SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul...*, p. 52.